
ELABORANDO UM PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PAU BRASIL, BAHIA.

Moacir Freitas Borges¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo expor o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Pau Brasil. Ficou evidenciada a vontade política e o empenho da coordenação executiva de trabalho do município, a fim de transformar a realidade educacional local, sobretudo apresentando responsabilidade profissional, social e política nesse processo.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação. Vontade política. Responsabilidade profissional, social e política.

ABSTRACT

The present article has as objective to display the process of elaboration of the Municipal Plan of Wood Education Brazil. She was evidenced the will politician and the persistence of the executive coordination of work of the city, in order to transform educational the reality local, over all presenting professional, social responsibility and politics in this process.

Keywords: Municipal plan of Education. Will politics. Professional, social responsibility and politics.

¹ Bacharel e licenciado em Geografia, pós graduado em Administração Pública e Mídias na Educação, professor multiplicador do Proam/Pacto na Secretaria da Educação do Estado da Bahia - Email: mfborges2011@gmail.com

1. Introdução

Não há dúvidas sobre a relevância do planejamento como ferramenta norteadora das políticas públicas.

Na educação, o planejamento é de vital importância e sua prática se constitui de extrema relevância para assegurar direitos constitucionais além de uma educação de qualidade, evitando assim, gastos desnecessários de recursos e os constantes “arranjos” para consertar situações emergenciais. Planejar, em sentido amplo, é um processo que “visa a dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro”, sempre levando em consideração as condições atuais, as experiências pregressas, os aspectos sócio-cultural, político e econômico daquele que planeja. (PADILHA, 2001, p. 63).

Mesmo tendo tanta relevância, o planejamento da educação no Brasil, como prática da máquina pública, aparece muito tarde. Se observarmos a trajetória histórica de sinalizações neste sentido veremos que tem início com o manifesto dos pioneiros da educação, na década de 30, e na sequência, as constituições de 1934, 1946, 1967 e 1988.

O art.214 da constituição de 1988 determina a elaboração do Plano Nacional de Educação. Como consequência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art.87 determina prazo para publicação do PNE que finalmente ficou pronto em 09 de janeiro de 2001. A referida lei (10.172/2001) obriga Estados e Municípios a elaborarem seus planos, sempre em consonância com o PNE. Assim, após a elaboração de seus respectivos planos, Estados e Municípios deveriam encaminhá-los para que deputados e vereadores, respectivamente, apreciem e os aprovem, transformando-os em leis.

É importante salientar que o Estado entra no processo de elaboração dos planos municipais de educação em regime de colaboração e assessoramento técnico, cuja responsabilidade principal de elaboração do PME é das equipes locais. Esse exercício proporcionará as equipes municipais consolidar as práticas do planejamento como norteadora de outras ações educacionais.

2. Breve histórico do PME no Estado da Bahia:

Lembramos que o Plano Estadual de Educação da Bahia teve sua aprovação em 15 de setembro de 2006, através da lei nº 10.330. No ano seguinte, a Secretaria da Educação cria o

PROAM (Programa de Apoio aos Municípios) que buscava auxiliar, em regime de colaboração, os municípios a realizar ações, sobretudo aquelas indicadas no PNE e LDB.

É com esse propósito que a equipe da Secretaria inicia os trabalhos convocando municípios da região semi-árida do Estado, por tratar-se de região com baixos índices no IDEB. A partir de 2008 amplia sua ação para outras regiões do Estado e convoca prefeitos e secretários para expor o referido programa e solicitar, daqueles que desejem adesão ao mesmo.

Todas estas fases iniciam-se com o apoio através da equipe de técnicos centrais aos técnicos municipais que atuam na chamada coordenação executiva do PME. Esse grupo seria responsável por levantar informações e documentos que serviriam de base para elaboração do instrumento de planejamento educacional do município, sempre em consonância com os objetivos e metas dos PNE e PEE.

3. Fases para construção do PME

A secretaria Municipal de Educação deve coordenar os trabalhos de elaboração do PME, através de sua equipe de coordenação executiva, devidamente publicada em portaria ou decreto, que deverá realizar estudos necessários, sistematizar informações e resultados, neste aspecto, preparar e realizar reuniões, elaborar textos e redigir o documento final. É fundamental a participação da sociedade civil permeando todo o processo.

A fase inicial exige estudos estatísticos sobre a realidade socioeconômica, demográfica e cultural do município, que chamamos de diagnóstico do município.

A fase seguinte refere-se ao levantamento de dados educacionais, registrados através de tabela, gráficos, mapas e quadros que servirão de base para análises. Esses dados devem ser levantados por nível e modalidade de ensino.

A partir desta fase os diagnósticos serão encaminhados para discussão e debates, quando se definirão objetivos e prioridades, baseados nos grandes eixos de problemas detectados. Em seguida serão incluídas sugestões para superação dos problemas encontrados e definidas diretrizes, objetivos e metas para o PME.

Preferencialmente, após a conclusão dos diagnósticos deve-se realizar uma Audiência Pública, com a participação da população local, para coletar sugestões a fim de melhorar a situação encontrada.

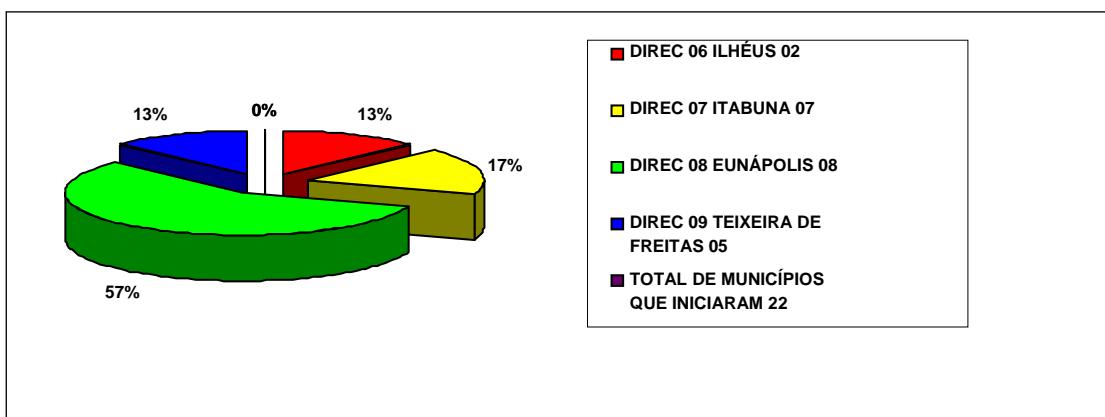
Finalmente efetua-se uma revisão final no texto, incluindo mecanismos de acompanhamento e avaliação com encaminhamento para apreciação e aprovação na Câmara de vereadores local.

4. A participação de Pau Brasil

Em 2008/2009 a equipe de técnicos da Secretaria da Educação da Bahia passa a atuar na região Sul e Extremo Sul do Estado, nas diretorias regionais 06(Ilhéus), 07(Itabuna), 08(Eunápolis) e 09 (Teixeira de Freitas), porém sem adesão do município de Pau Brasil, gráfico 1.

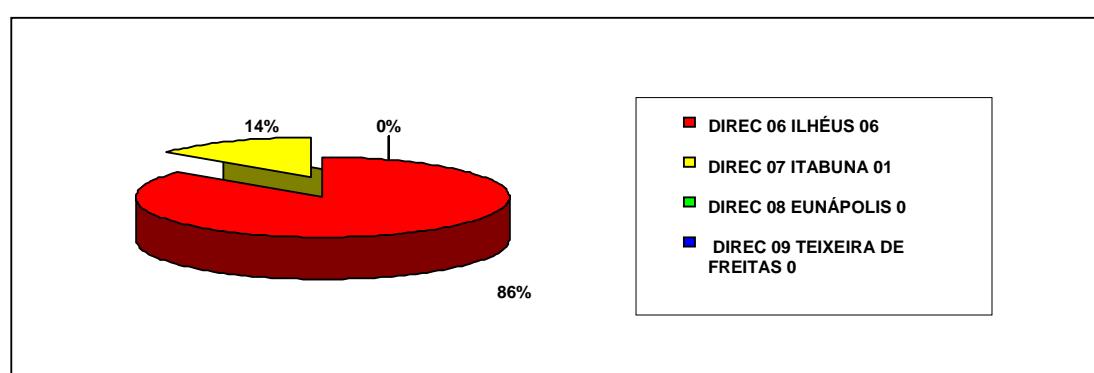
Em março de 2010 fomos procurados pela equipe de Pau Brasil, pertencente à DIREC 07, região Sul do Estado Fig. 1 solicitando a colaboração da equipe técnica da SUPAV/CPE da Secretaria da Educação do Estado da Bahia na elaboração do seu PME, gráfico 2.

Gráfico 1 TOTAL DE MUNICÍPIOS QUE INICIARAM O PME ENTRE 2008 E 2009



Fonte: SUPAV/CPE - Secretaria da Educação do Estado da Bahia

Gráfico 2 DIREC QUE DEMONSTROU INTERESSE EM INICIAR O PME EM ABRIL DE 2010



Fonte: SUPAV/CPE - Secretaria da Educação do Estado da Bahia

Informamos que para aderir ao programa seria necessário um esforço extra da equipe, visto que os demais municípios haviam iniciado o processo no ano anterior e muitos já estavam em fase de conclusão. A equipe concorda com as condições, e em 06 de abril foi feito o primeiro encontro de orientação, quando a coordenação executiva se compromete, através do plano de ação, a cumprir as atividades e os prazos previstos. Em 07 de maio foi feito o segundo encontro de orientação, quando a equipe compareceu com o material dos diagnósticos concluídos. Em função da qualidade do trabalho e da desenvoltura da equipe concordamos com a realização da audiência pública para o dia 10 de junho Fig. 2, cujo evento estivemos presente, e nos surpreendemos com o nível de organização do encontro Fig. 3. Houve uma plenária inicial muito bem conduzida pela equipe e em seguida, os grupos deslocaram-se para discussão nas salas de seu interesse Fig.4. A partir deste ponto a equipe buscou sintetizar as opiniões de consenso para fazer parte das diretrizes, objetivos e metas do plano, rediscutidas em plenária.

Atualmente, o plano encontra-se em fase de revisão final e encaminhamento para apreciação da câmara para possível aprovação.

FIG. 1 Município de Pau Brasil



Fonte: www.censocultural.ba.gov.br

Fig. 2



Foto: M. Borges

Fig. 3



Foto: M. Borges

Fig. 4

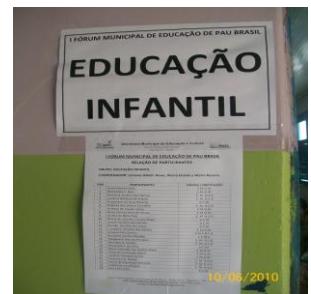


Foto: M. Borges

Conclusão

Mesmo tendo iniciado o processo de elaboração do PME em descompasso com os demais integrantes da DIREC 7, na região Sul do Estado da Bahia, a equipe da coordenação executiva do PME do município de Pau Brasil teve maturidade e vontade política suficiente para desenvolver o processo e executar um planejamento de trabalho que culminou na construção do PME em tempo recorde, e o que é mais importante, construído de forma transparente e democrática.

É importante salientar que os integrantes da coordenação executiva são opositores políticos da atual gestão municipal, mas a maturidade profissional e política do grupo respeitou os interesses dos municípios e ignorou esta questão, fazendo valer a ética e o respeito as tradições republicanas.

O Plano Municipal de Educação é um processo que envolve decisão política e que depende de dados concisos, informações precisas, transparência, ética, aceitação de pontos de vista diferentes e desejo de negociar e procurar soluções que sejam consensuais para toda a comunidade, e principalmente, para os atores envolvidos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME – 2.ed.atual.- / elaboração Clodoaldo José da Almeida Souza. – Brasília: Secretaria de educação Básica, 2007.

GUIA, João B. M. Para fazer o plano municipal decenal de educação 2005-2014: planejamento participativo e interativo da educação / João Batista Mares Guia. – Belo Horizonte: Ed. Do autor, 2005.

MONLEVADE, João A. Roteiro para elaboração do Plano Municipal de Educação. Disponível em: <HTTP://www.undime-rj.org.br/pme200306.pdf>.

PADILHA, R. P. Planejamento dialógico: como construir o projeto político- pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PRADEM. Projeto Construção de Plano Municipal de Educação. Projeto do Eixo I; Assessoramento. Universidade Federal da Bahia, FCM: Salvador, 2001.